



CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO DE JANEIRO

EXPRESSÕES DA PSICOLOGIA

Reflexões e Práticas em Tempos de Pandemia



ISBN 978-65-89050-00-1

Caíque Azael Ferreira da Silva
Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

NEM TIRO, NEM FOME, NEM COVID: POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS NAS FAVELAS E PERIFERIAS

Nas favelas e periferias do Rio de Janeiro, a afirmação da vida digna é uma rebeldia constante. Em 2019, naquele antigo mundo que consideramos hoje como o mundo normal, o estado bateu [recorde histórico de pessoas mortas em decorrência da atuação policial](#) e 2020 não traz consigo exatamente boas mudanças, mas o evento mais letal do século: a pandemia do novo coronavírus.

Estamos no terceiro mês de quarentena enquanto escrevemos esse texto, momento onde o mundo atinge a marca de 500 mil mortes e dez milhões de contágios. Ainda que em alguns países os casos estejam em queda e as políticas de isolamento estejam sendo relaxadas, no Brasil não há um horizonte de estabilização. Entendemos que, mesmo dentro desse cenário de emergência sanitária no nosso país, há uma distribuição desigual de casos e mortes, não só de acordo com a faixa etária e comorbidades respiratórias, como foi nos outros países do mundo, mas com um severo corte social e racial. Como [Fernandes, Silva, Dameda e Bicalho \(2020\)](#) apontam, a desigualdade social e racial no Brasil é gritante e as favelas muitas vezes não possuem condições de atender às orientações que foram dadas pelos órgãos de saúde. Sem água potável, com

habitações precárias e superlotadas, com a renda de 70% da população reduzida por conta da pandemia, o obituário é um fantasma presente na vida de muita gente. Da mesma forma, mesmo após o contágio, como nos lembram [Fleury e Buss \(2020\)](#), as condições socio-sanitárias serão determinantes para dizer quais estarão em melhores condições de sobreviver e quais estarão destinados a morrer.

O que esse cenário todo aponta, como ponto de partida, é que o vírus à brasileira se movimenta de formas distintas de outros locais do mundo, especialmente dos países da Europa, onde as mortes eram concentradas nos mais velhos ou nas pessoas com comorbidades respiratórias. Aqui, a “comorbidade” principal é a pobreza – nesse sentido, os sujeitos mais afetados são os negros, que já acumulam mais de 62% de risco de morte por coronavírus que a população branca. Não que os números digam todas as coisas, mas eles também nos contam que negros são os que mais morrem vítimas de assassinatos; os que tem menos acesso ao saneamento básico e poder de consumo; os que estão menos representados na política institucional – mesmo que sejam a maioria da população em nosso país.

Sabendo dos problemas que viriam com o coronavírus, desde o começo da pandemia muitos ativistas e movimentos sociais se lançaram na construção de campanhas de solidariedade ativa, para levar informação, alimentação e lutar por direitos básicos aos favelados e periféricos, numa tentativa de criar condições possíveis para a efetivação da quarentena. A solidariedade enquanto política de cuidado se disseminava pelo país para garantir o básico: que ninguém morra de fome, já que há orientações de não sair de casa nem mesmo para trabalhar. Se os desafios parassem por aí, talvez já fossem grandes demais. Acontece que, nem mesmo com a pandemia, a realidade de operações policiais nas favelas que relatamos anteriormente deixa de existir.

As tecnologias de morte do momento são uma conjunção entre a miséria, a emergência sanitária e a política de segurança pública absolutamente racista que é operada todos os dias no nosso estado. A manutenção do estado de guerra interrompe a rotina de quarentena, impossibilita os trabalhos de solidariedade e vitimiza muita gente. Somente em abril, a Polícia do Estado do Rio de Janeiro matou 177 pessoas, [43% a mais do que em abril de 2019](#). Vale lembrar que o ano de 2019 foi o ano mais letal nos últimos 20 anos. Um dos casos mais emblemáticos foi de João Pedro, do Morro do Salgueiro, em São Gonçalo. Não apenas foi assassinado em casa, como seu corpo foi levado pelos policiais sem nem informar a família – que já encontrou seu filho morto no Instituto Médico Legal. O caso foi estopim para uma série de mobilizações: no plano virtual, em maio, 800 instituições, coletivos e movimentos sociais construíram um ato virtual repudiando as operações policiais e denunciando o extermínio da população negra nas favelas. Nas casas legislativas circularam projetos de lei, na justiça correram processos. Ainda assim, nas favelas o que correu foi sangue de mais pessoas. A morte é uma presença inconveniente e que não vai embora fácil. No final de maio, num ato desesperado, a população foi ao Palácio Guanabara pedir paz. Em nenhum lugar do mundo viu-se uma manifestação presencial em meio à pandemia, já que a orientação básica é o isolamento social. O ato, organizado e protagonizado pelos movimentos negros, deu um recado: a população das favelas foi às ruas porque está sendo morta dentro de casa. As insurgências antirracistas que incendiam as ruas e redes no nosso país são essenciais para a transformação total da sociedade e tem se apresentado como um dos principais pontos de resistência ao neofascismo.

Visibilizar as particularidades da pandemia nas favelas e periferias acentua as fissuras no discurso neoliberal de igualdade de oportunidades e questiona o mito da democracia ra-

cial. Também reafirma a necessidade de medidas enérgicas e imediatas para a preservação da vida com dignidade, que só podem ser formuladas e geridas por um Estado fortalecido e democrático, que respeite os direitos humanos para todos e todas. Não se resolve séculos de desigualdades em poucos meses, mas garantir direitos à população mais vulnerável orienta como atravessaremos esse momento difícil e indica quais são as possibilidades de futuro no mundo pós pandemia.

